

Adoção do acesso aberto por uma editora universitária: o caso da Editora da UFBA¹

Flavia ROSA²

Susane BARROS³

Rodrigo MEIRELLES⁴

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

Relata a experiência de adoção de uma política de acesso aberto pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) através da implantação do Repositório Institucional e da participação no projeto piloto do Scielo Livros. Iniciou-se com a verificação do posicionamento da Instituição e de seus servidores. Para o levantamento de dados foi construído um questionário *on-line* e um roteiro de entrevista semiestruturado. A análise das respostas revelou que os pesquisadores mostram-se receptivos aos canais de acesso aberto, mas demonstram superficialidade no conhecimento sobre o tema. A etapa seguinte, correspondente ao planejamento e implantação do RI, iniciou-se com a criação de um grupo gestor para encaminhamento da proposta da política, e a definição da Editora da UFBA como comunidade piloto.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso aberto; editora universitária; produção editorial; Universidade.

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, as universidades desempenham três funções primordiais que estão diretamente relacionadas ao saber: a docência, a pesquisa e a difusão científica e cultural, o que significa contribuir ao avanço, à preservação e à disseminação do conhecimento, na sociedade de um modo geral. Tornar acessível os novos conhecimentos e o pensamento acadêmico a um público cada vez mais amplo se constitui numa missão legítima da atividade acadêmica, e as editoras universitárias, nesse contexto, têm posição de destaque, no processo de socialização do conhecimento e da cultura. Publicar constitui uma parte necessária e primordial da atividade

¹Trabalho apresentado no GP Produção Editorial do XII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Doutora em Cultura e Sociedade pela Facom – UFBA, diretora da Edufba. Email: flaviagr@ufba.br

³Mestre em Ciência da Informação pelo ICI- UFBA, Coord. Editorial da Edufba. Email:cooreditorial@ufba.br

⁴Mestre em Ciência da Informação pelo ICI- UFBA, Gestor do Repositório Institucional da UFBA. Email: rodrigomei@hotmail.com

acadêmica. É, pois, através da publicização, que o saber científico é socializado – seja no suporte impresso ou na mídia eletrônica.

A história do livro está intimamente ligada ao surgimento das universidades. Foram profundas as transformações sociais e econômicas, introduzidas a partir do aparecimento das universidades, na Europa, na Idade Média. Dentre outras, ampliou o número de manuscritos que durante séculos “[...] foi o único instrumento do pensamento escrito.” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 21) Até então, eram os mosteiros que produziam esses manuscritos, geralmente, obras de estudo e manuscritos litúrgicos. No início do século XIII, com o deslocamento da vida intelectual para as universidades os professores e estudantes organizaram “[...] juntamente com artesões especializados, um ativo comércio de livros.” (FEBVRE; MARTIN, 1992, p. 21) A ampliação na demanda por manuscritos, criou o ambiente propício para a revolução técnica que culminou com a invenção dos tipos móveis, por Gutenberg.

A atividade editorial universitária remonta à Inglaterra, que em 1478 imprimiu o primeiro livro da Universidade de Oxford e em 1521 um outro na Universidade de Cambridge. Nos meados século XVI, estas universidades obtêm a licença real para imprimir e vender livros, e contavam com um espécie de Conselho Editorial e uma estrutura básica de trabalho. Esta experiência secular aos poucos foi difundida pelo mundo, chegando aos Estados Unidos no século XIX quando são criadas as universidades inspiradas no modelo alemão e britânico, que tinham nos centros de pesquisa o descobrimento e a geração do conhecimento. Graças à necessidade da difusão dos resultados da atividade acadêmica é que se fundaram as “imprensas universitárias”.

Diferentemente da Europa e dos Estados Unidos, a indústria editorial brasileira não surgiu a partir das universidades nem tão pouco foi uma tradição destas instituições possuírem suas próprias editoras. Coube à iniciativa privada explorar essa atividade exercida no final do século XIX e início do século XX por imigrantes europeus, especialmente o francês e o português, que se instalaram em São Paulo e no Rio de Janeiro. Somente em 1955 foi criada a primeira editora universitária brasileira na Universidade Federal de Pernambuco.

A criação das universidades no Brasil foi marcada pela resistência de Portugal, como reflexo da política de colonização, diferentemente dos países de língua espanhola nos quais o ensino superior se tornou realidade desde o século XVI. A vinda da Família Real em 1808 para o Brasil obrigou D. João a tomar medidas que restabelecessem a ordem, centralizassem o poder e criassem condições culturais e tecnológicas para a instalação da Corte. (UNIVERSIDADE...,1967) Uma das iniciativas foi a criação de cursos superiores tais como: Academia Real da Marinha, Cirurgia, na Bahia e no Rio de Janeiro, (1808), e alguns outros que tinham como objetivo exclusivo, atender aos anseios do príncipe regente. Em 1827, são implantados os cursos de Direito em São Paulo e Olinda.

Em 1934 foi fundada a Universidade de São Paulo (USP), definida por alguns historiadores como a primeira universidade do Brasil, no sentido da significação da palavra, ou seja, “Em sentido amplo, denotando o conjunto de instituições de ensino superior [...]” (CUNHA, 1989, p. 14), pois as primeiras universidades brasileiras surgiram de forma dispersa e tiveram vida curta como foi o caso da Universidade de Manaus criada em 1909 no auge do ciclo da borracha e extinta em 1926. Depois surgiu a Universidade de São Paulo em 1911, que durou até 1917, e a do Paraná, que se manteve de 1912 a 1915. Na década de 20 surgiram: a Universidade do Rio de Janeiro (1920), Universidade de Minas Gerais (1927) e a Universidade do Rio Grande do Sul (1928). Firmavam apenas um aglomerado de escolas com interesses e objetivos distintos. Um ano depois foi fundada, no Rio de Janeiro, a Universidade do Distrito Federal (1935) pelo prefeito Pedro Ernesto Batista. “Essas instituições recrutaram proeminentes professores estrangeiros – em sua maioria franceses – e introduziam muitas disciplinas novas, em especial a sociologia”. (HALLEWELL, 2005, p. 373) A criação destas duas instituições de ensino superior pode ser creditada aos esforços do grupo da Escola Nova, particularmente a Fernando de Azevedo e a Anísio Teixeira.

Somente nos anos de 1960, surgem novas editoras universitárias ligadas as Instituições de Ensino Superior (IES) do país. Não havia, no entanto, uma política editorial universitária, e um perfil de atuação definido, já que as Instituições possuíam organizações e peculiaridades diferentes. Muitas editoras funcionavam juntamente com

as gráficas universitárias, responsáveis pela produção dos impressos diversos, reforçando, assim, o papel secundário da atividade editorial.

Após um período de estagnação, entre 1960 a 1970, há uma retomada em 1971 do processo de criação das editoras universitárias brasileiras. O início da consolidação aconteceu nos anos de 1980, culminando com a criação, em 1987, da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), que hoje congrega mais de 100 associados.

Este trabalho tem por finalidade relatar a adoção de uma política de acesso aberto pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba), através da implantação do Repositório Institucional e da participação no projeto piloto do Scielo Livros, possibilitada pelos avanços das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

2 EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

A Editora da UFBA é uma unidade estruturante da Universidade Federal da Bahia (UFBA) cuja história se alicerça e se confunde com a dinâmica cultural e científica da Bahia. Desde sua fundação, em 1946, quando se agregaram, para criação da Universidade da Bahia, a Faculdade de Medicina (que iniciou suas atividades em 1808), a Escola de Belas Artes (criada em 1877), a Escola de Direito (1891) a Escola Politécnica (1897), e outras, ficou evidente o papel de centro cultural e científico que a Instituição iria exercer.

Passados mais de 60 anos de fundação da UFBA e incorporados os mais de 200 anos de criação da Escola de Cirurgia da Bahia, fundada por D. João VI, são diversas as inserções e influências para o desenvolvimento cultural e científico do Estado. Afinal, é esta a instituição que mais contribui com pesquisa e com o nascedouro de muitos dos movimentos culturais seja no teatro, na música, na literatura, na dança ou nas artes plásticas.

Somente em 1959 é que a Universidade Federal da Bahia inicia, de fato, suas atividades editoriais, após 13 anos de sua fundação. Foi criado o Departamento Cultural, ligado ao Gabinete do reitor, que se responsabilizou pela publicação da revista *Universitas*, cujo subtítulo era *revista de cultura da Universidade da Federal da Bahia*, além de diversas coleções de cunho cultural. (ROSA, 1994). Esta linha editorial da

UFBA era coerente com o que destaca Risério (1995, p. 22) a respeito do primeiro reitor da Universidade da Bahia – federalizada em 1950 – Edgard Santos:

Ele sentiu a possibilidade de recolocar a Cidade da Bahia no mapa do Brasil. Seu cacife: cultura. Era preciso que o Poder Cultural convergissem para a superação do atraso. No âmago do poder Cultural deveria estar a Universidade – polo da informação nova. [...] Edgard vai se concentrar na instituição universitária, dela fazendo o centro mesmo da agitação cultural, numa época de múltiplas iniciativas no campo da produção estético-cultural.

A Editora da UFBA, com esta designação, foi criada, em março de 1992, quando o Conselho universitário aprovou a proposta de transformação do Centro Editorial e Didático (CED) – órgão até então responsável pela publicação e confecção de materiais gráficos da Universidade – em editora universitária, convertendo-o em órgão suplementar, ligado diretamente ao gabinete do reitor. Somente em 26 de abril de 1993 o Conselho Federal de Educação (CEF) aprovou de fato essa transformação, já que previa a criação de novos cargos.

Passados vinte anos da criação da Editora da UFBA é possível afirmar que a sua produção é representativa das diversas áreas do conhecimento da Instituição, mas, embora com uma produção média anual nos últimos três anos de 100 novos títulos, sem contar com as reimpressões e reedições, há um descompasso entre a produção científica da UFBA e o que é de fato publicado. Foi pensando na ampliação de canais para disseminação e democratização da produção científica da Universidade, que em 2007 se pensou na implantação do Repositório Institucional da UFBA. Este sistema está direcionado para o acesso aberto à produção científica e acadêmica, tendo a Edefba sido definida como comunidade piloto, para disponibilizar a produção da Universidade, publicada através desta Editora.

O outro projeto no qual a Editora está engajada é projeto piloto do Portal Scielo Livros, lançado oficialmente em março deste ano. Este Portal visa à publicação *on-line* de coleções de livros de caráter científico, editados, prioritariamente, por instituições acadêmicas. O objetivo é maximizar a visibilidade, acessibilidade, uso e impacto das pesquisas, ensaios e estudos que publicam. Parte integrante do Programa Scielo da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), o Scielo Livros tem

seu desenvolvimento liderado e financiado por um consórcio formado pelas editoras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

3 POLÍTICA DE ACESSO ABERTO PARA A UFBA

A definição de uma política de acesso aberto para a UFBA requereu, além do levantamento realizado junto aos pesquisadores da Instituição e membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação na UFBA, o posicionamento de membros do Conselho Editorial da Universidade.

O Movimento de Acesso Livre à Informação Científica tem possibilitado não apenas o reordenamento do sistema de comunicação científica, visando a igualdade de acesso aos resultados de pesquisa financiados com recursos públicos para produção de novas pesquisas e geração de desenvolvimento científico e tecnológico. Ele tem também potencializado uma interpenetração dos processos da comunicação e da divulgação científica, aproximando esses conceitos e possibilitando maior interação entre cientistas e leigos. (VALÉRIO; PINHEIRO, 2008)

Nessa perspectiva buscou-se verificar como a UFBA – através de entrevistas com membros das instâncias superiores responsáveis pela pesquisa e pelo ensino de pós-graduação na UFBA (Pró-Reitoria e Câmara de Pós-Graduação), e pelos membros do Conselho Editorial da Edufba – e seus pesquisadores se posicionam em relação ao acesso livre à informação científica. Os pontos norteadores do levantamento foram: conhecimento sobre o Movimento de Acesso Livre à Informação Científica e uso de periódicos de acesso aberto para comunicação de seus resultados de pesquisa dentre outros aspectos. Também foi realizado um levantamento do total de artigos produzidos pelos pesquisadores da amostra, tendo como base seus Currículos Lattes, bem como dos títulos de periódicos utilizados para publicar os resultados de suas pesquisas, considerando-se o período de 2004 a 2008.

Em Salvador existiam, até abril de 2010, 214 bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ/CNPq), dos quais 192 estavam vinculados à UFBA, o que representava quase 90% do total. Internamente, as bolsas estavam distribuídas da seguinte forma: Ciências Agrárias (3), Ciências Biológicas (18), Ciências da Saúde (30), Ciências

Exatas e da Terra (42), Ciências Humanas (36), Ciências Sociais Aplicadas (28), Engenharias (8), Linguística, Letras e Artes (23) e Outras (4). Do total de 81 pesquisadores-bolsistas na UFBA, – categoria 1 distribuídos entre os níveis A, B, C e D – constituem a amostra para a qual foi enviado o questionário. O índice de retorno foi de aproximadamente 70%.

Dentre as questões contempladas pelo instrumento buscou-se saber se os pesquisadores conhecem o Movimento de Acesso à Informação Científica e a importância que a ele atribuem, do ponto de vista do acesso e da disseminação da produção científica. Metade dos pesquisadores tem conhecimento do Movimento de Acesso Livre à Informação Científica. Do total de respondentes, 49% afirmaram conhecer o Movimento, enquanto 62,5% dos quais o consideram muito importante. Este aspecto contribui para que não somente os periódicos eletrônicos que utilizam o modelo acesso aberto sejam legitimados pela comunidade científica, mas também para que outros mecanismos e canais de disseminação das pesquisas possam se consolidar.

Esse resultado indica que uma parte significativa dos pesquisadores da amostra está receptiva a esses novos canais de comunicação científica. Esses dados reforçam a conclusão de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) quanto às razões para publicação em periódicos/repositórios de acesso aberto, pois eles perceberam que há uma disposição dos pesquisadores da área estudada para aderir a esse Movimento.

O instrumento refere-se, ainda, ao estabelecimento de periódicos de acesso aberto como fonte de consulta prioritária. Essa questão solicitava uma justificativa. Como resposta, obteve-se que 64,3% dos respondentes consultam prioritariamente esses periódicos. Dos que justificaram afirmativamente sobre a questão, a maior parte dos comentários indica a importância da gratuidade e facilidade de acesso. Esse resultado aproxima-se do alcançado por Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre os fatores considerados mais importantes em relação à qualidade de uma revista.

Entre os que justificaram negativamente, três aspectos foram apontados com maior recorrência no que se refere à busca de fontes de consulta: a vinculação com a qualidade, ou seja, os periódicos de acesso pago são considerados fontes de melhor qualidade; utilização do Portal de Periódicos da Capes e coerência com os tópicos de investigação. Considerar periódicos de acesso pago como de melhor qualidade

corroborar os resultados de Swan e Brown (2004) sobre as razões que seus respondentes apontaram para não publicar em periódicos de acesso aberto: eles acreditam que esses periódicos, além de menor fator de impacto têm também menor prestígio. Esses dados igualmente corroboram os de Ferreira, Marchiori e Cristofoli (2009) sobre as razões apontadas por sua amostra para não publicar em revistas científicas/repositórios de acesso aberto.

Percebe-se que os pesquisadores reconhecem as vantagens dos recursos eletrônicos na circulação da informação e que há um Movimento acelerado de adesão a periódicos de acesso aberto. Certamente, no início da década, a resistência para publicar em periódicos desse tipo devia ser bem maior (BARROS, 2010).

É importante ressaltar que conhecer ou não o Movimento, sua filosofia e os benefícios de sua adesão implica, em grande medida, na construção de uma cultura na instituição que favoreça a real implantação de recomendações traçadas pelas declarações, especialmente a de Bethesda, na qual se discutiram as estratégias da Via Verde e da Via Dourada. A questão tratada na primeira estratégia, que diz respeito ao autoarquivamento, deve ser tratada com especial atenção. Nesse sentido, cabe à Instituição orientar sua comunidade, conscientizando-a de seus papéis para o sucesso do estabelecimento de uma política de comunicação de sua produção.

Os resultados expostos a seguir são provenientes das 19 entrevistas realizadas com membros da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), da Câmara de Pós-Graduação e conselheiros da Edufba. Os dados foram analisados separadamente, ou seja, primeiro foram analisados os dados da PRPPG e da Câmara e num segundo momento os dados do Conselho Editorial da Edufba. A análise das respostas sobre o conhecimento e a importância atribuída ao Movimento de Acesso Livre à Informação Científica revelou que é superficial, por parte da maioria dos membros dessas instâncias, o conhecimento sobre a questão. Dos 12 entrevistados da PRPPG e da Câmara, somente um conhece bem o Movimento, quatro afirmaram conhecê-lo pouco e sete não o conhecem.

Quando solicitados a justificar a importância atribuída ao Movimento, a democratização do acesso foi um dos aspectos ressaltados. Sete entrevistados se apoiaram no discurso do retorno social da pesquisa científica. Há um entendimento de que, se a sociedade investe em pesquisa, tem que ter acesso aos resultados.

Além disso, dois entrevistados questionaram a qualidade de periódicos de acesso aberto. Um deles aponta para a necessidade de existência de uma infraestrutura que garanta a qualidade por meio da avaliação por pares, posicionando-se favoravelmente ao Movimento “[...] desde que gere artigos confiáveis e que não se saia publicando tudo [...] pra você não ter publicações danosas, porque você sabe que o conhecimento é construído em cima do conhecimento” (Membro da Câmara de Pós-Graduação).

O outro, também Membro da Câmara de Pós-Graduação, considera utópico um movimento com essas características, pela existência de competitividade crescente entre pesquisadores. Ele acredita que “Na hora que você divulga muito livremente essas pesquisas, corre-se o risco maior de outras pessoas tentarem utilizar delas de forma, muitas vezes, até não muito escrupulosas.” No entanto, a publicação dos resultados em periódicos por assinatura não garante a sua não utilização indevida. A disponibilização gratuita obedece outra lógica. Entende-se que o que pode ser mais facilmente acessado é passível de localização e identificação mais rápida, o que possibilita inibir a utilização inescrupulosa do que é publicado.

Dos sete membros do conselho editorial, quatro afirmaram conhecer o Movimento, mas as justificativas sobre a importância atribuída a ele levantaram pontos diversos e, a despeito de reconhecerem sua importância, citaram aspectos que entendiam que deveriam ser considerados. São eles: remuneração do pesquisador, excesso de informação e capacidade de seleção, crítica a um dos modelos de negócio e disponibilização de pesquisas financiadas com recursos privados ou com interesses comerciais.

Uma questão central nessa discussão sobre acesso aberto está relacionada à necessidade de as pesquisas, principalmente na área tecnológica e de inovação, terem um nível de divulgação menor e mais restrito já que, em muitos casos, envolve interesses de Estado. Em outros casos, envolve interesses econômicos de quem financiou a pesquisa, no caso de empresas privadas. Nesse sentido, um dos entrevistados indicou que o Movimento considera, sobretudo, o ponto de vista acadêmico, mas que existem muitas limitações. Outro expõe que a ciência produzida atualmente é muito diferente da que se produzia antes e que se afasta dos ideais cada vez mais, não podendo, dessa forma, haver ingenuidade no tratamento dessas questões.

Ele também pondera que existe o conhecimento financiado de modo privado, que não permite o acesso democrático, e que esse tipo de financiamento é parte da engrenagem de uma atividade industrial.

Para concluir, entende-se que existem divergências entre o posicionamento da universidade, segundo suas instâncias responsáveis pela pesquisa e ensino de pós-graduação, e de seus pesquisadores em relação ao acesso livre à informação científica. Enquanto metade dos pesquisadores demonstra, por meio de suas práticas de publicação de resultados de pesquisa, que são favoráveis às publicações em acesso aberto, os membros da PRPPG, da Câmara e do Conselho Editorial da Edufba, mostram-se pouco informados, bastante reticentes e descrentes, ainda que apontem seus benefícios, o que pode refletir o desconhecimento sobre o acesso livre à informação por parte dos entrevistados.

4 IMPLANTAÇÃO DO RI DA UFBA

A segunda etapa da pesquisa empírica deu-se a partir da experiência da Universidade do Minho (UMinho), cujo RepositóriUM inspirou e norteou o projeto do RI da UFBA. Considerando que a dinamização, consolidação e crescimento dos RI é um processo complexo, definiu-se que seria importante conhecer o perfil e as práticas dos atores – coordenadores das comunidades, os depositantes e os usuários finais – envolvidos no RepositóriUM e uma análise dos documentos norteadores da política de acesso aberto da Universidade. (ROSA; GOMES; PALACIOS, 2010)

A definição das etapas referentes à implantação do sistema, que compreendeu a instalação do *kit* tecnológico do RI, foi pontuada pela superação de várias barreiras técnicas. Uma parcela dos serviços do Centro de Processamento de Dados (CPD) é terceirizada e nem mesmo os gestores\servidores da UFBA e os terceirizados dominavam a tecnologia do *software* adotada para a implantação do RI, e pouco esforço foi feito para adquirir este domínio. Tal situação levou à necessidade de investimento por parte da UFBA, primeiramente enviando dois técnicos para capacitação em Brasília, via uma parceria entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciênci e Tecnologia (Ibict) e a Universidade de Brasília (UnB), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Criação

e Inovação (Propci), e, em seguida, a vinda por duas vezes de um técnico de Brasília para atender a esta finalidade. (ROSA; MEIRELLES; PALACIOS, 2011)

Criou-se, para dar andamento ao projeto de implantação, um grupo gestor⁵ para discutir e propor a política para o RI⁶ da UFBA, por se entender que deveria ser participativa a construção das diretrizes e a proposição de uma política a ser encaminhada às instâncias superiores da Universidade, com uma composição que contemplava professores\pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação. Estabelecida pelo grupo gestor a política de arquivamento do repositório e o acompanhamento das etapas seguintes de implantação e avaliação permanente dos resultados foram descritas e registradas, ao longo desse três anos, num *Diário de Campo*.

A definição da Edufba como comunidade piloto para a implantação do RI, revelou-se acertada, tanto pela inserção que a Editora vem conquistando nos últimos anos, como pelo diálogo que mantém com as diferentes áreas da Universidade. Ela procedeu (e procede) o autoarquivamento de suas publicações, obedecendo ao que foi estabelecido pelo seu Conselho Editorial e respeitando os princípios do direito autoral, estabelecidos de forma contratual.

O grupo gestor de implantação definiu a criação das comunidades, que correspondem às unidades acadêmicas e de pesquisa da Universidade e as subcomunidades têm sido criadas privilegiando os Programas de Pós-Graduação e grupos de pesquisa. Não há, na UFBA, ao menos neste primeiro momento, a figura do coordenador de comunidade. Optou-se pelo contato direto com a comunidade e\ou subcomunidade, que indicar uma pessoa a ser acionada, sempre que for necessário, pelos gestores do RI. Esta pessoa receber treinamento, orientações e todo o suporte necessário para que haja colaboração, sobretudo com o autoarquivamento dos itens daquele grupo.

⁵ Designado através da Portaria n. 189, de 01 de abril de 2009. A política para o RI da UFBA, a partir da sugestão deste grupo, foi transformada na Portaria n. 24/2010, de 07 de janeiro de 2010, assinada pelo então Reitor, Naomar de Almeida Filho.

⁶ www.repositorio.ufba.br

A tipologia adotada para os itens⁷ a serem disponibilizados teve como orientação a mesma do Currículo Lattes, divididos em: produção bibliográfica, produção técnica, trabalhos finais e parciais de curso e produção cultural. Qualquer novo subitem deverá ser aprovado pelo grupo gestor do RI.

A data oficial de implantação do RI da UFBA é 9 de setembro de 2010 quando realizou-se um Seminário voltado para a comunidade da UFBA, sobretudo para os Programas de Pós-Graduação, com a finalidade de apresentar a proposta de criação das comunidades e as orientações de uso do RI.⁸ Nessa ocasião, o Repositório contava com duas comunidades ativas, a da Editora da UFBA, com 123 itens e a comunidade Memória, com 230 itens.

Para dar prosseguimento a este trabalho, foi designado um gestor, mestre em Ciência da Informação e uma equipe com quatro estagiários, bolsistas da UFBA, dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia. Além de dar suporte às comunidades, enquanto um plano de marketing não for realizado, definiu-se que esta equipe faz a coleta nas bases de dados de acesso aberto da produção científica de seus pesquisadores disponibilizando-os de forma ordenada no RI. (ROSA, 2011)

5 CONCLUSÃO

Como foi dito, a Edufba completa este ano, 20 anos como Editora da UFBA, exercendo o importante papel na disseminação da produção científica da Universidade, e alinhada com as demandas do mercado editorial que requer a disponibilização de conteúdos em formato eletrônico. Os seus primeiros títulos em formato *epub* serão lançados a partir de julho próximo, embora os títulos disponíveis no projeto Scielo Livros já estejam nesse formato.

Em setembro deste ano, o RI da UFBA completará dois anos de implantação. Embora o percurso tenha sido de muitos percalços, os resultados da implantação de uma política de acesso aberto tem demonstrado que o caminho é este. Em 2011, o RI da UFBA foi vencedor do desafio do Ibict, que premiou o RI com o maior número de

⁷ Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/about/folder_repositorio_web.pdf>.

⁸ Com a participação de Eloy Rodrigues, da Universidade do Minho, para expor a experiência do RI desta Instituição e discorrer sobre o movimento mundial de acesso aberto.

depósitos de artigos científicos de maio a outubro de 2011: foram cerca de 2,5 mil inserções.

A posição ocupada pela UFBA no Ranking Web das Universidades do Mundo,⁹ elaborado pelo Centro Nacional de Pesquisa da Espanha, em janeiro de 2011 era: a 444ª posição, a 15ª no continente Latino Americano e a 11ª posição, em relação às demais universidades brasileiras. Um ano depois este resultado é o seguinte: 358º em relação às universidades do mundo, 14º na América Latina e 10º lugar no contexto brasileiro. De fato as novas posições refletem, também, o empenho no “povoamento” do RI que possui atualmente 36 Comunidades, 5.317 itens disponíveis, – cerca de 3.700 artigos científicos, 200 livros na comunidade da Edufba e 1 417 de outras produções – além de uma média diária de 1 500 acessos.

Destaca-se, nesse contexto, a manutenção da equipe de trabalho específica para o RI uma vez que a prática do autoarquivamento ainda não está consolidada. Por outro lado ela é de suma importância para a padronização e procedimentos corretos no momento do arquivamento dos dados, já que não basta simplesmente “jogar a informação”, é preciso critérios para que se atinja o objetivo final de disseminação da informação.

O RI da UFBA ainda requer um investimento amplo em um plano de marketing, incluindo a realização de *roadshows* nas diversas unidades que compõem as comunidades para explicar o funcionamento, objetivos e procedimentos para a disponibilização de conteúdo e estimular o autoarquivamento por parte dos pesquisadores\autores. Está incluído também neste plano um sistema de “alerta”, bem como o uso das redes sociais, similar ao que é feito pela Editora da UFBA na divulgação do seu conteúdo disponível no RI.

Ressalta-se ainda que, embora o Repositório já conte com um programa estatístico, a divulgação desses números para os pesquisadores\professores não tem sido uma prática. Acredita-se que a divulgação desses resultados para os depositantes de conteúdo, consolide a credibilidade e a aproximação destes com o RI. Um dado interessante é que o livro mais vendido na Edufba nos últimos seis meses - O manual de estilo acadêmico - , é também o mais acessado no RI, numa demonstração de que

⁹ Disponível em: <<http://www.webometrics.info/>>

ampliamos de fato os canais de disseminação mas continuamos comercializando satisfatoriamente no suporte papel.

REFERÊNCIAS

BARROS, Susane Santos. *Políticas de comunicação da produção científica da Universidade Federal da Bahia e o Movimento de Acesso Livre à Informação*. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade crítica; o ensino superior na república populista*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Editora UNESP; HUCITEC, 1992.

FERREIRA, Sueli Mara Soares Pinto; MARCHIORI, Patrícia Zeni; CRISTOFOLI, Fulvio. *Fatores motivacionais da comunidade científica para publicação e divulgação de sua produção em revistas/repositórios científico-acadêmicos: um estudo com grupos de autores-pesquisadores em Ciências da Comunicação e Ciência da Informação/Biblioteconomia*. São Paulo: ECA/USP; Curitiba: DECIGI/UFPR, 2009. Relatório final de projeto.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

RISÉRIO, Antonio. *Avant-garde na Bahia*. São Paulo: Instituto Lina Bo Bardi, 1995.

ROSA, Flávia Goulart Mota Garcia. *A editoração na Universidade Federal da Bahia*. 1994. 54 f. Monografia (Especialização) - UCSAL/FUNDESP, Salvador, 1994.

ROSA, Flávia. *A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional: uma política de acesso aberto*. 2011, 242f. Tese (Doutorado em cultura e sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador, 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3031/1/Tese%20Flavia.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

ROSA, Flávia; GOMES, Maria João; PALACIOS, Marcos. *Políticas de acesso livre para a UFBA: partilhando experiências do RepositóriUM*. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 6, Bahia, 2010. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1960/1/TEXTTO_ENECULT_26_fev.pdf. Acesso em: 20 dez 2011.

ROSA, Flávia; MEIRELLES, Rodrigo França, PALACIOS, Marcos. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia: implantação e acompanhamento. *Informação e Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.21, n. 1, p. 129-141, jan./abr., 2011. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/1590/1/5603.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Departamento Cultural da Reitoria. *Notícia histórica da Universidade da Bahia*. Salvador, 1967. 100 p.



SWAN, Alma; BROWN, Sheridan. Authors and open access publishing. *Learned Publishing*, v. 17, n. 3, jul. 2004.

VALÉRIO, Palmira Moriconi; PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Da comunicação científica à divulgação. *Transinformação*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, maio/ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.puc-campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=302>> Acesso em: 20 set. 2008.